

Notícia da edição impressa de 25/11/2009

Eleição pautará política econômica em 2010

Especialistas reunidos pela Fundação CEEE apontam a baixa poupança como problema a ser resolvido pelo País no futuro

O crescimento econômico, alimentado pelo consumo, principalmente da classe média emergente, deve ser o principal ingrediente da sucessão presidencial de 2010. Como em ano eleitoral a tônica é mostrar resultados, economistas que estiveram ontem em Porto Alegre para o seminário Cenários Macroeconômicos e Políticos para o Brasil em 2010, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs), descartaram reformas estruturais e projetaram maiores gastos públicos. Uma das medidas poderá ser elevação da taxa básica de juros, hoje em 8,75% ao ano, e que poderá romper a barreira dos 10% para neutralizar o impacto sobre preços.

A trajetória do câmbio, com desvalorização do dólar em mais de 30% em 2009, não deve ser alterada, concordaram Murilo Aragão, cientista político e presidente da Arko Advice Pesquisa, e o sócio-diretor da LCA Consultores Fernando Barbosa, dois palestrantes do evento promovido pela Fundação CEEE de Seguridade Social.

Para se manter no mercado externo, as empresas terão de reduzir custos e ajustar as produtividades para garantir clientes.

Barbosa considera que as condições da economia favorecerão o candidato apoiado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "Será o ano de Lula", sentenciou. Para o sócio-diretor da LCA, a elevação dos juros virá ainda no primeiro semestre, mas não abalará a meta de crescimento entre 4,5% e 6% do Produto Interno Bruto (PIB). O Banco Central, aposta Barbosa, deve modular o aumento de olho na taxa de longo prazo dos títulos brasileiros no exterior.

Um ponto forte, e que aplacou maior impacto da turbulência mundial, são os 15 anos de modelo de política econômica sem sobressaltos ou mudanças, lembrou Barbosa. "Esse ambiente vai assegurar crescimento nos próximos 10 a 15 anos", avalia o sócio-diretor da LCA. Para ele, a questão será como crescer acima da média de 6% ao ano. Duas medidas foram apontadas por Barbosa: elevação da poupança, de taxa de 18% do PIB, para 24%, e pesados investimentos públicos em infraestrutura. "Tem de aumentar a aplicação em infraestrutura e reduzir os gastos correntes, com a máquina", detalhou o economista.

Entre os aliados da campanha da candidata de Lula, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, estão o aumento da renda e do emprego e a expansão do crédito. Aragão descartou reformas como a tributária, tão almejada pelo setor empresarial, e preveniu que ano eleitoral é período de "gastança". Para o cientista político, os brasileiros gostam de isenção fiscal, citando as políticas recentes de desoneração de bens de consumo durável, como automóveis e eletrodomésticos. Mesmo a queda da arrecadação, devido à redução da atividade econômica, deve começar a voltar aos patamares de expansão, sinal já dado por números recentes do governo.

"A ideologia do déficit público caiu por terra depois que grandes economias como a norte-americana e a inglesa aumentaram gastos para socorrer o setor privado", justificou o cientista político.

A ascensão de novos consumidores deve prolongar a manutenção de medidas que sustentem renda e emprego.

Segundo Aragão, a classe média que está experimentando novo status de consumo resiste a mudanças. Com os atuais níveis de popularidade de Lula, o cientista político acha improvável que o rumo da economia seja alterado.

"Esta classe está chegando agora à festa", resumiu Aragão. Os dois painelistas ressaltaram que o Brasil será um dos grandes atrativos para investimentos, mas reforçaram a necessidade de melhorias em serviços e logística.